

SUMÁRIO EXECUTIVO

PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO COM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS DE IDADE, RESIDENTES NO SEMIÁRIDO.

Brasília, 16 Dezembro de 2014

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Sumário Executivo

PESQUISA DE AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE FAMÍLIAS INSCRITAS NO CADASTRO ÚNICO COM CRIANÇAS MENORES DE CINCO ANOS DE IDADE, RESIDENTES NO SEMIÁRIDO.

1. Objetivo Geral

Descrever analiticamente o quadro da situação de segurança alimentar e nutricional e o perfil socioeconômico das famílias com crianças menores de cinco anos inscritas no Cadastro Único e residentes no semiárido.

2. Objetivos Específicos

- Estimar a prevalência de eutrofia, de desnutrição e de excesso de peso em crianças menores de cinco anos de idade (usando indicadores Peso/Idade, Altura/Idade e Peso/Altura);
- Estimar a prevalência de déficit de estatura em crianças menores de cinco anos de idade;
- Estimar a prevalência de baixo peso ao nascer;
- Avaliar a situação de segurança alimentar das famílias;
- Descrever as características socioeconômicas das famílias;
- Avaliar a situação de ocupação das famílias;
- Identificar e avaliar o acesso das famílias a serviços, benefícios e programas sociais e serviços públicos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa de delineamento transversal e abordagem metodológica quantitativa previu a realização entrevistas em domicílios de famílias inscritas no Cadastro Único e que tinham dentre seus moradores pelo menos uma criança com menos de cinco anos de idade no momento da coleta dos dados, a coleta de dados antropométricos (peso e altura) de todas as crianças nesta faixa etária do domicílio e a captura automática das coordenadas geográficas dos domicílios visitados (com entrevistas realizadas ou não realizadas).

Foram realizadas 17.624 entrevistas domiciliares, conforme previsto no desenho amostral. Nos casos de domicílio vago ou inexistente, ou de recusa da família

em participar da entrevista, houve substituição. Também foram substituídos os domicílios em que não havia criança menor de cinco anos dentre seus moradores. Para a seleção das unidades elementares (famílias com crianças menores de cinco anos) foi disponibilizada à Contratada a relação de todas as famílias inscritas no Cadastro Único cujo registro indicava haver pelo menos uma criança menor de cinco anos dos municípios da amostra, com os seus respectivos endereços. De posse dessa relação, a Contratada fez um sorteio aleatório das famílias a serem entrevistadas em cada município, conforme os quantitativos dispostos no Termo de Referência. Em comum acordo entre a Contratante e a Contratada, definiu-se para o sorteio da amostra os seguintes procedimentos: (1) as famílias de cada município foram ordenadas pela renda e foram agrupadas em seis estratos; (2) igualmente entre os estratos, foram sorteadas aleatoriamente a quantidade de famílias para que se atingisse o número total de famílias a serem entrevistadas naquela cidade. A listagem de substituição seguiu a lógica do endereço mais próximo, ou seja, uma vez detectado que no domicílio original da amostra não se poderia fazer a entrevista, a família era substituída por outra, pertencente ao universo da pesquisa, cujo endereço era o mais próximo da original. Para isto, partiu-se do pressuposto de que uma família inscrita no Cadastro Único, residente daquele município, com pelo menos uma criança pequena no domicílio seria, na média, muito próxima da família original, moradora do mesmo bairro, também com criança menor de cinco anos e igualmente registrada no Cadastro Único. A listagem dos 375 municípios, sorteados aleatoriamente, que compuseram a amostra foi estabelecida pelo DA/SAGI/MDS. O acesso aos dados das famílias inscritas no Cadastro Único foi permitido mediante adesão da Contratada ao Termo de Responsabilidade pelo uso da base, ficando ela obrigada a resguardar a intimidade dos cadastrados e a zelar pela confidencialidade dos dados acessados, cumprindo fielmente o disposto no Termo de Responsabilidade e no Decreto n.º 6.135, de 26 de julho de 2007.

Para coleta dos dados antropométricos, foi utilizada a metodologia preconizada por Cogill (2003) e foram utilizados os seguintes equipamentos: balança Techline com capacidade para 180 Kg; infantômetro Caumaq, portátil, de lona, flexível e inextensível, com capacidade de 120 cm, escala em milímetros e precisão de 1 mm e estadiômetro Caumaq, portátil, escala em centímetros, precisão de 1mm, capacidade de 200 cm. A metodologia prevê o treinamento e a padronização dos entrevistadores para que eles consigam reproduzir as mesmas medições de um profissional habilitado. Deste modo, todos os treinamentos foram realizados por um profissional sênior em avaliação nutricional, pertencente ao quadro técnico da equipe de profissionais da Indago, e acompanhados pelos técnicos do DA/SAGI. Foram realizados treinamentos para a realização do pré-teste e para a coleta de dados em campo. Os treinamentos ocorreram em Goiânia (GO), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Recife (PE), Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP).

Para o registro da entrevista e a captura automática das coordenadas geográficas foram utilizados tablets da marca Samsung, modelo Galaxy S – WI-FI 5.0. Os dados

assim coletados foram transmitidos para um servidor da Contratada, convertidos em um banco de dados e submetidos à análise de consistência.

Os registros e dados produzidos pela Indago Consultoria foram enviados para o DA/SAGI, que acompanhou todas as etapas de execução da pesquisa, sendo realizadas visitas in loco nas etapas de pré-teste, treinamento e início do campo. Além disso, aleatoriamente, foram escolhidos cinquenta termos de consentimento livre e esclarecido e foram feitas ligações telefônicas para estas famílias, para se confirmar a veracidade dos dados coletados, sendo atestadas as informações em 100% dos telefonemas. Além disso, todas as coordenadas geográficas, que foram capturadas automaticamente pelo tablet sem a interferência do entrevistador e com o registro de data e hora da captura, foram georreferenciadas em um mapa digital, demonstrando a adesão dos registros aos endereços da amostra. Também, foram feitas análises sobre o desempenho de cada entrevistador de campo (produtividade média, coerência entre o roteiro previsto e o roteiro realizado). Por fim, foi feita uma análise da qualidade dos dados antropométricos por meio do cálculo de escore-Z dos índices antropométricos “Estatura/Idade” e “Peso/Idade”, tendo como referência o estudo multicêntrico da Organização Mundial da Saúde (OMS-2006) que considera que mais de 1% de dados acima ou abaixo de 6 Desvios Padrão indicam que o banco de dados é de baixa qualidade. Após os cálculos de escore-Z dos dados da pesquisa, observou-se que 0,37% dos dados de estatura e 0,20% dos dados de peso eram valores extremos, considerados biologicamente implausíveis, ou seja, dentro dos parâmetros da OMS para se considerar o banco de dados de boa qualidade. Nessa pesquisa, o coeficiente de variação dos dados de estatura foi de 12,8% a 7,4%, dentro dos limites aceitáveis para uma boa investigação.

Deste modo, a partir dos resultados de acompanhamento e supervisão, da análise de consistência do banco de dados e dos resultados de z-score dos dados antropométricos, concluiu-se pelo bom desempenho dos entrevistadores/ antropometristas e pela validação e confiabilidade da base de dados.

A base de dados contém fator de expansão para que os dados sejam representativos por unidade da federação investigada.

4. PRINCIPAIS RESULTADOS

Foram entrevistadas pessoas em 17.624 domicílios, distribuídos em 375 municípios de nove estados na região do Semiárido brasileiro. Nestes domicílios, coletaram-se informações sobre 74.587 pessoas e foram realizadas medições antropométricas em 20.928 crianças com até cinco anos de idade (incompletos), de um total 21.091 crianças investigadas.

4.1 Aspectos Demografia

Com relação aos aspectos demográficos e domiciliares, os dados revelam que o universo pesquisado é o de uma população extremamente jovem e quase 95 % das pessoas têm menos de 40 anos de idade (segundo o Censo Demográfico de 2010, a região do Semiárido possui 69% da população com até 40 anos), sendo que 70% das pessoas de referência têm menos de 34 anos (dados do censo demográfico de 2010 indicam que, para o Brasil, apenas 26,3 % das pessoas de referência tem até 34 anos, porcentagem muito próxima quando é feito o recorte para o Semiárido, ou seja, 26,5%), o que é explicado pelo recorte da pesquisa de incluir apenas famílias com pelo menos uma criança menor de cinco anos no domicílio dentre os seus moradores, ou seja, com um enfoque prioritário sobre famílias jovens. Assim, a parcela infantil (até cinco anos incompletos) corresponde a 29 % do universo investigado.

Na média, os domicílios das famílias inscritas no Cadastro Único, com crianças menores de cinco anos, residentes do semiárido, possuem 4,2 moradores, sendo que este número é um pouco maior (4,26) dentre os que são beneficiados pelo Programa Bolsa Família (PBF) e um pouco menor (3,88) entre os demais.

4.2 Características do Responsável pelo Domicílio

As pessoas de referência do domicílio são predominantemente do sexo feminino (89%), têm em média, 32 anos de idade, são pardas (65%), alfabetizadas (89%), com rendimentos médios provenientes de atividades econômicas (excluindo benefícios de programas sociais) em torno de 343 reais e possuem cônjuge (64%).

Fazendo uma análise por gênero, as mulheres responsáveis pelo domicílio possuem rendimento médio de R\$ 303 (excluindo os benefícios sociais). A média de rendimento delas é menor (R\$ 291) quando não possuem cônjuges e de R\$ 315 quando possuem. Já a média de rendimentos dos cônjuges do sexo masculino é de R\$ 431, apontando que, mesmo quando elas são as responsáveis pelo domicílio, eles são importantes para o sustento familiar e indicando que as famílias monoparentais chefiadas por pessoas do sexo feminino são, portanto, mais vulneráveis. Não se verificou, entretanto, que a declaração da mulher como responsável pelo domicílio tenha sido induzida pelo PBF, uma vez que, fazendo a análise entre o percentual de responsáveis por gênero e por recebimento ou não do PBF, não houve diferença significativa (dos domicílios sem PBF, as mulheres eram as pessoas de referência em 89,0% deles, enquanto que nos domicílios com PBF elas representavam 89,3% deles). Devido ao fato da pesquisa ter investigado famílias inscritas no Cadastro Único e ter coletado dados de saúde infantil, pode-se supor que a mulher tenha sido identificada como a responsável pelo domicílio porque era a melhor respondente para oferecer este tipo de informação. A média de rendimentos dos responsáveis pelos domicílios do sexo masculino é 50% superior à média da renda delas, ou seja R\$ 454. Este valor é próximo quando considerado apenas os responsáveis do sexo masculino com cônjuge (R\$ 456). Os

dados revelam ainda que o rendimento médio per capita das famílias chefiadas por pessoas do sexo masculino com cônjuge, incluindo benefícios sociais, é maior (R\$ 150) do que quando a pessoa de referência é do sexo feminino (R\$ 96 em famílias monoparentais e R\$ 133 quando ela possui cônjuge).

Tabela 1 – Rendimento da Pessoa de Referência Segundo o Sexo e Situação Conjugal

	Sexo da pessoa de referência			
	Masculino		Feminino	
	Situação Conjugal		Situação Conjugal	
	Sem cônjuge média (R\$)	Com cônjuge média (R\$)	Sem cônjuge média (R\$)	Com cônjuge média (R\$)
Considerando todas as suas atividades quanto ganhou no mês passado?	-	456	291	315
Renda familiar per capita	-	150	96	133

Fonte: Pesquisa Inquérito da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Famílias Inscritas no Cadastro Único com Crianças Menores de Cinco Anos de Idade e Residentes no Semiárido, MDS/Indago, 2013.

Cabe destacar que o número de famílias monoparentais cujo homem era a pessoa de referência foi bastante pequeno (127 famílias), motivo pelo qual não se trabalhou a informação em domicílios com tal característica.

Fazendo-se uma análise tendo por ponto de vista os rendimentos dos cônjuges dos responsáveis pelos domicílios, percebe-se que, os cônjuges do sexo masculino possuem renda média proveniente das atividades econômicas não apenas superiores à renda média das pessoas de referência do sexo feminino, conforme mencionado, mas também maiores do que a dos cônjuges do sexo feminino. Chama a atenção que, mesmo considerando os benefícios sociais, os domicílios chefiados por mulheres possuem renda média familiar per capita inferior (R\$ 133) a das famílias cuja pessoa de referência é do sexo masculino (R\$ 153), conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Rendimento do Cônjuge Segundo o Sexo

	Cônjuge do sexo masculino média (R\$)	Cônjuge do sexo feminino média (R\$)
Considerando todas as atividades quanto O CONJUGE ganhou no mês passado?	431	353
Renda familiar per capita	133	153

Fonte: Pesquisa Inquérito da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Famílias Inscritas no Cadastro Único com Crianças Menores de Cinco Anos de Idade e Residentes no Semiárido, MDS/Indago, 2013.

Desconsiderando a declaração do entrevistado e atribuindo arbitrariamente à pessoa de maior rendimento a condição de responsável pelo domicílio, o perfil encontrado seria diferente do exposto acima: a maioria seria de homens (68,6%), com média de 33 anos, eles também seriam pardos (63%) e alfabetizados – ainda que em menor percentual do que elas – (86,4%) e teriam um rendimento médio em torno de R\$ 420. O índice de analfabetismo deste perfil de pessoa é maior na zona rural (22%) do que na urbana (10%).

O censo IBGE 2010 aponta para 38,7 % de domicílios nos quais as mulheres são a pessoa de referência, porcentagem ainda menor é observada no recorte Semiárido, em que 37,1 % dos domicílios são chefiados por mulheres. Vale a pena destacar, entretanto, que o conceito de pessoa de referência do domicílio utilizado pelo IBGE é ligeiramente diferente do conceito do Cadastro Único, portanto qualquer comparação deve ser feita com as devidas ressalvas.

Chama a atenção a taxa de analfabetismo entre os responsáveis pelo domicílio desta pesquisa, pois são muito menores do que a identificada pelo Censo Demográfico de 2010. Os dados do Censo apontam para uma taxa de analfabetismo entre as pessoas responsáveis pelo domicílio na região do Semiárido da ordem de 33% e os dados da pesquisa mostram que o analfabetismo encontrado foi bem inferior, conforme já exposto, sendo um pouco menor nas áreas urbanas (8,9%) do que nas rurais (12,8%). Enquanto quase a metade (49,2%) dos responsáveis na área rural possuem grau de escolaridade até a quinta série completa (sexto ano do ensino fundamental), nas zonas urbanas a metade dos responsáveis (50,4%) possui a sétima série completa (oitavo ano), indicando uma escolaridade maior nestas áreas.

4.3 Características dos domicílios

Com relação à caracterização dos domicílios, 40,7 % deles eram localizados em áreas rurais. Estes percentuais diferenciam-se dos dados gerais do Semiárido (onde apenas 36% dos domicílios estão localizados nestas áreas, segundo dados do Censo Demográfico de 2010) em particular porque o público estudado tem

características peculiares de renda e composição familiar, que estão mais presente em áreas rurais do que em urbanas.

A precariedade dos domicílios das famílias inscritas no Cadastro Único com crianças menores de cinco anos é mais evidenciada nas áreas rurais quando se observa que apenas 65% deles possuíam algum encanamento de água (o Censo aponta para 72% de abastecimento pela rede geral no Semiárido como um todo), apenas 7,1% eram conectados à rede coletora de esgoto (contra 30% dos domicílios do Semiárido, pelos dados do Censo) e 67 % possuíam fossa séptica não ligada à rede coletora. Além disso, 80% não possui asfaltamento na rua e um quarto das residências não é própria.

Com relação ao destino do lixo produzido pelas famílias, os dados do Censo apontam que 70,8% dos domicílios rurais do semiárido enterram, queimam ou jogam o lixo em terrenos baldios, rios ou lagos e apenas 25% é coletado na porta, situação parecida com a encontrada nos domicílios pesquisados na zona rural (72,3%) o que por si só indica uma situação precária na região como um todo, enfrentada não apenas pelas famílias mais pobres. Entretanto, observa-se um avanço com relação à energia elétrica: mais de 98% dos domicílios em áreas rurais possuíam energia elétrica (sendo 93,3% com medidor e 4,9% sem).

Em contraposição os domicílios da zona urbana apresentaram um alto índice de água encanada (96%), entretanto eram ligados à rede de esgoto em 55 % dos casos. Ainda, nas áreas urbanas, o sistema de coleta de lixo na porta ou por meio de caçamba tem maior cobertura (atende a 94,9% dos domicílios), contra 97,1% dos domicílios urbanos do Semiárido em geral, segundo o Censo 2010.

4.4 Dados sócio-econômicos

Os dados da pesquisa indicam que 72,8% das famílias são elegíveis ao Programa Bolsa Família (PBF), ou seja, detêm uma renda per capita familiar inferior a 120 reais mensais. A taxa de ocupação da população pesquisada em idade ativa é bastante baixa, da ordem de 36%, embora que superior ao apontado pelos dados do Censo de 2010 – 21% da população de dez anos ou mais como economicamente ativa, no Semiárido. A taxa de desemprego ficou em 17,6 %, indicando a assertiva do MDS em priorizar suas ações para esta região, que ainda apresenta problemas estruturais a serem superados.

Sobre o uso de algum terreno ou área para atividade agropecuária (incluindo pequenas hortas e produção para autoconsumo), o índice nas áreas rurais foi de 38% enquanto nas zonas urbanas foi de apenas 5%.

Considera-se que as condições climáticas e a escassez de recursos (insumos e equipamentos produtivos) são fatores que contribuem fortemente para que o percentual de famílias que exploram a propriedade rural para realizar alguma

produção não seja tão expressivo. A pesquisa indicou que, dos domicílios com alguma atividade agropecuária, 29,7% possuíam algum equipamento/máquina agrícola (ou seja, apenas 11% do total de domicílios da zona rural), sendo que o trator foi reportado por apenas 11,8% dos domicílios que declararam realizar alguma produção e o restante dos equipamentos citados era de baixa tecnologia (19,6% citaram tração animal, 17,9% arado, 11,6% plantadeira, 10,6% carroça e 5,7% grade). Os dados revelam ainda que na zona rural, a renda média domiciliar é ligeiramente maior quando a família declarou possuir alguma produção agrícola ou criação de animais (R\$457 contra R\$431), entretanto a renda média domiciliar per capita é igual, da ordem de R\$105.

Com relação aos rendimentos em função das características dos responsáveis pelos domicílios, a pesquisa mostra as seguintes informações: as rendas média domiciliar e domiciliar per capita são superiores quando o domicílio é chefiado por homens (R\$629 e R\$ 148, respectivamente) do que por mulheres (R\$ 483 e R\$ 117), são mais baixas quando a pessoa de referência é negra (pardos: R\$486 e R\$ 117 e negros: R\$ 518 e 117) do que quando é branca (R\$ 523 e R\$ 130). Ressalta-se, entretanto, que a declaração de cor/raça indígena ou amarela foi reportada em poucos domicílios, o que não permite tirar conclusões sobre rendimentos nestes grupos. A diferença de rendimentos em função da raça/cor também é distinta quando as pessoas de referência do sexo masculino ou feminino. Em geral, os domicílios chefiados por uma mulher negra tem rendimento em torno de 24% inferior aos chefiados por homens negros. Os domicílios que possuem cisternas de telhado, em geral, possuem rendimento domiciliar superior aos que não possuem (R\$ 502 contra R\$ 460).

Na média, o aumento da escolaridade da pessoa de referência da família eleva a renda domiciliar per capita. Segundo dados da pesquisa, o valor do rendimento domiciliar per capita médio é de R\$ 106 quando a pessoa de referência possui como maior grau de escolaridade o ensino fundamental I (antigo primário) completo, é de R\$ 124 quando possui o ensino fundamental II (antigo ginásio) completo e é de R\$ 148 quando possui o ensino médio completo. A relação entre rendimentos e ocupação da pessoa de referência aponta para uma maior segurança financeira quando a pessoa está aposentada, com um rendimento domiciliar médio per capita de R\$ 227, seguido pela situação em que o responsável exerceu atividade ganhando dinheiro, produtos ou benefícios (R\$180 per capita) ou auxiliou no trabalho de outro morador do domicílio (R\$ 127 per capita). Pessoas de referência não aposentadas e que estão desocupadas e os desempregados são os mais vulneráveis, do ponto de vista financeiro, com rendimento domiciliar médio per capita de R\$ 95 e R\$ 99 mensais, respectivamente.

4.5 Acesso a bens e serviços públicos

No meio rural, o equipamento público que aparece com maior frequência dentre aqueles localizados até 15 minutos a pé do domicílio foi a pré-escola (perto de

58% das casas), seguido da escola de ensino fundamental (próxima de 48% dos domicílios) e do posto de saúde (39%). O transporte público está distante de 72% das moradias na área rural e os equipamentos de ensino da primeira idade (creche, com 23%) e do ensino médio (12%) são menos frequentes do que os do ensino pré-escolar e fundamental. Os demais serviços, como praças, feiras, correios, Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), posto policial, farmácia popular, agências bancárias (incluindo lotéricas e bancos postais) ou postos de acesso à internet, como os telecentros, aparecem com frequência inferior a 10% próximo às casas das pessoas estudadas.

Já no meio urbano, o posto de saúde está próximo a 76% das residências, seguido de porcentagens bem parecidas da presença de pré-escola (75,4%) e da escola de ensino fundamental (75%) perto da casa das pessoas. A escola de nível infantil (creche) e médio estão próximas de 55% das moradias e o transporte público de 46%. Serviços como feira, CRAS, bancos, hospitais, correios e praças de esporte e cultura estão presentes em porcentagem intermediárias, entre 20 e 35% no meio urbano. Com relação aos serviços de saúde, a maioria dos domicílios recebe a visita mensal do agente comunitário de saúde, sendo 68% o índice dos domicílios que recebem a visita pelo menos a cada dois meses, dentre os não beneficiados pelo PBF, e porcentagem que salta para 72,6% dentre as famílias que recebem o PBF.

Ainda, a respeito do acesso das famílias aos programas e serviços públicos, a cobertura do programa de cisternas atinge 25,3% dos domicílios em áreas rurais da pesquisa, espalhados geograficamente pelas diversas regiões do semiárido. Mesmo diante do quadro de uma das piores secas dos últimos 40 anos, 63% dos domicílios com cisterna fizeram utilização da água da chuva, contra 37% dos que não possuíam este equipamento na zona rural. Dos domicílios que possuíam cisterna, pouco mais de 30% fizeram da água do caminhão pipa sua principal fonte para beber, outros 30% utilizaram a água da chuva como principal origem para o consumo humano e quase 12% tinham no abastecimento da rede pública sua principal fonte. Já os domicílios sem cisterna utilizavam como água para beber aquela proveniente da rede pública (50%), de outras fontes (25%) e do poço tubular (11%). A diversidade das fontes de água para consumo humano na área rural evidencia a precariedade do acesso à água e a necessidade de se encontrar diversas alternativas frente à escassez hídrica, uma vez que, enquanto na zona urbana a água encanada chega a 96% dos domicílios, na área rural atinge apenas 65%, sendo que nem sempre da rede pública de abastecimento, ou seja, muitas vezes o encanamento liga o domicílio a outra fonte de água como poço ou açude.

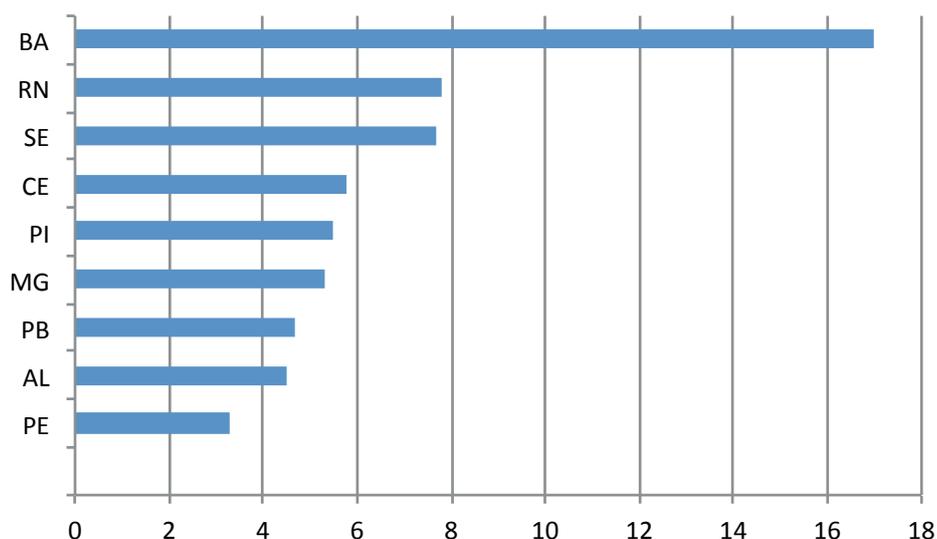
Ressalta-se que entre 2012 e 2013, apenas vinte (sendo doze na Bahia) dos 1.134 municípios da região do Semiárido não decretaram estado de calamidade ou emergência em função da estiagem. Ou seja, mais de 98% dos municípios da região obtiveram do Ministério da Integração Nacional o reconhecimento da situação desastrosa decorrente de estiagem, seca ou exaurimento de recursos hídricos, o

que torna as ações destinadas ao manejo dos recursos hídricos, como é o caso do programa de Cisternas, por exemplo, muito mais relevantes.

A respeito dos programas para o fomento da produção, foram relatadas visitas técnicas por 38% das famílias da zona rural que afirmaram realizar alguma atividade agropecuária (incluindo pequena produção para autoconsumo), além disso, foi reportado por 41% dessas famílias o acesso ao Garantia Safra e por 12% ao PRONAF. O PAA, não apresentou grande inserção neste público (índice abaixo de 0,5%). Confrontando estes dados com a baixa participação do público estudado na agricultura familiar, conforme exposto anteriormente, pode-se dizer que a região carece não apenas da oferta de programas de estímulo à produção, mas de um plano de desenvolvimento regional que contemple as especificidades locais e o potencial produtivo, mas também as características de escolaridade e recursos disponíveis da população.

No que tange o Programa Bolsa Família, ele é bastante presente entre esta população. O fato do universo pesquisado ser composto de famílias inscritas no Cadastro Único, que mantém informações atualizadas sobre as famílias mais pobres do país para fins de participação em programas sociais, com certeza afunila o olhar investigativo com mais ênfase aos beneficiários do PBF, o que foi confirmado pelos dados da pesquisa. Dentre os domicílios elegíveis ao PBF (72,8% do universo), a grande maioria dos elegíveis (91,6%) recebe o benefício, isto é, o PBF apresentou um erro de exclusão de 8,4%. A tabela a seguir mostra os erros de exclusão por UF, que variaram de 3,3% (em PE) até 17% (na BA).

Gráfico 1 - Percentual de Erro de Inclusão Segundo a Unidade da Federação



Fonte: Pesquisa Inquérito da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Famílias Inscritas no Cadastro Único com Crianças Menores de Cinco Anos de Idade e Residentes no Semiárido, MDS/Indago, 2013.

A elevada exclusão na Bahia não pode ser explicada pelas variáveis investigadas. Entretanto, é possível aventar algumas possibilidades que justifiquem esta situação, dentre elas o erro na coleta da informação de renda, o elevado grau de oscilação de renda entre as famílias mais pobres, o que faz com que a situação seja uma num mês e outra bastante diferente no mês seguinte, subdeclaração do recebimento do benefício, dentre outras.

4.6 Situação de Segurança Alimentar e Nutricional

Aplicando-se a escala Brasileira de Insegurança Alimentar e Nutricional (EBIA), verificou-se que, no universo investigado, a IA grave atinge ainda 17,3% das casas e a IA moderada 33%, o que se, por um lado, ainda é um número elevado de domicílios a serem alçados à categoria de alimentação adequada, por outro, indica a assertiva do MDS em priorizar esta população mais pobre residente do semiárido brasileiro em seus programas sociais, de fomento e de transferência de renda. Outro ponto importante a ser ressaltado é que a pesquisa foi a campo logo após o lançamento do Brasil Carinhoso com o Plano Brasil Sem Miséria (BSM). Portanto com a rápida expansão do BSM e principalmente com a adoção da estratégia de superação do hiato de pobreza extrema por meio do Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), é muito provável que a situação hoje tenha passado por alguma melhoria no quadro geral.

Quando cruzadas as informações sobre as condições do domicílio ou as características de escolaridade, defasagem escolar, trabalho e renda do responsável pelo domicílio, verifica-se que os piores indicadores sustentam uma maior prevalência da IA grave, conforme se observa nas tabelas 3 e 4, o que é corroborado por outros estudos da área.

Tabela 3 – Renda domiciliar per capita e dos anos de escolaridade do responsável segundo a situação de segurança alimentar (SA) ou da Insegurança Alimentar (Leve, Moderada ou Grave) no domicílio

Características do domicílio	Situação de segurança alimentar no domicílio			
	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar Leve	Insegurança Alimentar Moderada	Insegurança Alimentar Grave
Renda domiciliar per capita (R\$)	153	125	110	84
Anos de escolaridade do responsável pelo domicílio	8	8	7	6

Fonte: Pesquisa Inquérito da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Famílias Inscritas no Cadastro Único com Crianças Menores de Cinco Anos de Idade e Residentes no Semiárido, MDS/Indago, 2013.

Tabela 4- Distribuição percentual das características do domicílio segundo a situação de segurança alimentar (SA) ou da Insegurança Alimentar (Leve, Moderada ou Grave)

Características do domicílio	Segurança/ Insegurança alimentar							
	Segurança Alimentar		Insegurança Alimentar Leve		Insegurança Alimentar Moderada		Insegurança Alimentar Grave	
	% (linha)	% (coluna)	% (linha)	% (coluna)	% (linha)	% (coluna)	% (linha)	% (coluna)
Material predominante encontrado em frente da casa								
Tem pavimentação asfaltada	25,1%	15,2%	33,9%	15,5%	25,3%	15,1%	15,6%	13,5%
Tem pavimentação com paralelepípedos/ blocos de concreto/ pedra	28,3%	45,3%	32,5%	39,2%	22,6%	35,6%	16,7%	38,2%
Não tem pavimentação / a terra é nua ou apenas com pedregulhos	21,5%	39,3%	32,7%	45,1%	27,3%	49,1%	18,4%	48,1%
Outro tipo de pavimentação	18,4%	0,2%	38,8%	0,3%	24,2%	0,2%	18,7%	0,2%
Material predominante utilizado no telhado da casa								
Telha de barro/ cerâmica	24,7%	94,3%	32,7%	94,1%	25,1%	94,5%	17,5%	95,4%
Telha de amianto/ zinco/plástico	27,8%	2,9%	33,0%	2,6%	20,7%	2,1%	18,5%	2,8%
Palha	4,9%	0,0%	22,2%	0,0%	27,3%	0,1%	45,7%	0,1%
Madeira aparelhada	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Madeira aproveitada	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	49,9%	0,0%	50,1%	0,0%
Madeira Roliça	4,0%	0,0%	1,9%	0,0%	69,3%	0,2%	24,8%	0,1%
Laje de concreto	25,7%	2,4%	38,9%	2,7%	27,1%	2,4%	8,3%	1,1%
Outro material	19,7%	0,4%	38,1%	0,6%	28,4%	0,6%	13,8%	0,4%

Tabela 4 Continua

Tabela 4- Distribuição percentual das características do domicílio segundo a situação de segurança alimentar (SA) ou da Insegurança Alimentar (Leve, Moderada ou Grave)

Material predominante utilizado nas paredes externas da casa								
Alvenaria/ tijolo	25,1%	95,4%	33,0%	94,8%	25,1%	94,2%	16,8%	91,2%
Palha	58,7%	0,0%	3,1%	0,0%	26,3%	0,0%	11,8%	0,0%
Taipa/barro/argila	19,6%	4,1%	26,7%	4,2%	26,2%	5,3%	27,5%	8,1%
Madeira aparelhada	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Madeira aproveitada	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	97,7%	0,1%
Madeira roliça	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,1%
Outro material	18,9%	0,5%	54,2%	1,1%	16,6%	0,4%	10,4%	0,4%
Material predominante utilizado no piso da casa								
Terra batida e sem revestimento	16,0%	1,7%	29,2%	2,3%	25,8%	2,7%	29,0%	4,4%
Madeira aparelhada	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Madeira aproveitada	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Cimento ou concreto	23,1%	63,2%	31,7%	65,4%	26,4%	71,1%	18,8%	73,4%
Cerâmica, lajota ou ardósia	29,4%	35,0%	35,6%	31,9%	22,1%	26,0%	12,9%	21,9%
Outro material	13,9%	0,2%	39,7%	0,3%	27,0%	0,3%	19,4%	0,3%
Como é a iluminação desta casa?								
Elétrica com medidor	25,3%	97,6%	33,1%	96,3%	24,9%	94,6%	16,8%	92,7%
Elétrica sem medidor	14,2%	2,0%	29,3%	3,1%	30,8%	4,2%	25,8%	5,2%
Óleo/querosene/gás de botijão/vela	12,0%	0,1%	21,7%	0,1%	35,0%	0,2%	31,4%	0,2%
Outra	6,1%	0,1%	21,3%	0,1%	19,4%	0,2%	53,3%	0,6%
Não tem	13,4%	0,3%	20,2%	0,4%	31,3%	0,8%	35,2%	1,3%
O fogão/fogareiro desse domicílio utiliza predominantemente								
Gás	26,9%	87,5%	33,9%	83,1%	24,2%	77,5%	15,0%	69,6%
Eletricidade	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Tabela 4 Continua

Tabela 4- Distribuição percentual das características do domicílio segundo a situação de segurança alimentar (SA) ou da Insegurança Alimentar (Leve, Moderada ou Grave)

Lenha	16,7%	10,1%	29,1%	13,3%	28,1%	16,8%	26,1%	22,6%
Carvão	13,1%	2,4%	25,5%	3,5%	31,6%	5,6%	29,8%	7,7%
Outro tipo	1,0%	0,0%	61,0%	0,2%	22,1%	0,1%	15,9%	0,1%
Tipo de apropriação da casa								
Própria e já paga	27,4%	67,9%	32,9%	61,4%	23,5%	57,3%	16,2%	57,4%
Própria - ainda pagando	14,8%	0,5%	34,2%	0,8%	30,8%	1,0%	20,2%	0,9%
Cedida/ Emprestada	21,4%	18,5%	31,6%	20,6%	28,2%	24,0%	18,8%	23,2%
Alugada	20,1%	12,7%	34,4%	16,4%	27,0%	16,9%	18,5%	16,8%
Invasa/ Ocupada	8,4%	0,2%	31,8%	0,5%	22,6%	0,5%	37,2%	1,2%
Outra	19,1%	0,2%	18,8%	0,2%	28,9%	0,4%	33,2%	0,6%
Para onde vai o esgoto do banheiro?								
Rede coletora de esgoto ou pluvial	30,8%	39,4%	34,4%	34,2%	21,4%	29,2%	13,5%	28,4%
Fossa séptica ligada à rede pública de coleta	22,1%	5,4%	28,7%	5,4%	20,3%	5,3%	28,9%	11,6%
Fossa séptica não ligada à rede pública de coleta	25,8%	44,5%	33,8%	45,4%	25,7%	47,6%	14,7%	41,9%
Fossa rudimentar (poço, buraco)	15,9%	4,8%	37,4%	8,8%	29,4%	9,6%	17,2%	8,6%
Vala a céu aberto	21,9%	5,3%	28,0%	5,3%	28,0%	7,3%	22,1%	8,9%
Direto para o rio, lago ou mar	15,7%	0,4%	39,4%	0,7%	31,4%	0,8%	13,4%	0,5%
Outro escoadouro	17,7%	0,1%	19,8%	0,1%	45,2%	0,3%	17,3%	0,2%

Fonte: Pesquisa Inquérito da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Famílias Inscritas no Cadastro Único com Crianças Menores de Cinco Anos de Idade e Residentes no Semiárido, MDS/Indago, 2013.

Além das condições domiciliares, observa-se uma proteção do cônjuge a situações de Insegurança Alimentar Grave (IAG), conforme mostram os dados na Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição da Segurança Alimentar (SA) ou Insegurança Alimentar (Leve, Moderada ou Grave) em função do sexo da pessoa de referência na família e de sua situação conjugal.

Todos os domicílios	Sexo da pessoa de referência na família			
	Masculino		Feminino	
	Situação do responsável		Situação do responsável	
	Sem cônjuge	Com cônjuge	Sem cônjuge	Com cônjuge
Segurança Alimentar	27,0%	23,5%	23,2%	26,0%
Insegurança Alimentar Leve	31,1%	32,3%	31,5%	33,9%
Insegurança Alimentar Moderada	22,2%	28,0%	24,9%	24,8%
Insegurança Alimentar Grave	19,6%	16,1%	20,5%	15,4%

Fonte: Pesquisa Inquérito da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Famílias Inscritas no Cadastro Único com Crianças Menores de Cinco Anos de Idade e Residentes no Semiárido, MDS/Indago, 2013.

A pesquisa, entretanto, indica que o Programa Bolsa Família (PBF) é capaz de minimizar esta situação de situação de IA grave, que é significativamente menor dentre os domicílios beneficiários pelo PBF, conforme se observa na Tabela 6, em que a prevalência de IAG dentre os domicílios elegíveis sem o benefício é muito maior (31,4%) do que entre aqueles que estão contemplados pelo Programa (19,9%).

Tabela 6 – Prevalência da situação de segurança alimentar ou da Insegurança Alimentar (Leve, Moderada ou Grave) segundo participação no Programa Bolsa Família.

Elegíveis ao PBF	Segurança/ Insegurança alimentar							
	Segurança Alimentar		Insegurança Alimentar Leve		Insegurança Alimentar Moderada		Insegurança Alimentar Grave	
	% na linha	% na coluna	% na linha	% na coluna	% na linha	% na coluna	% na linha	% na coluna
Recebimento sem PBF	19,4%	8,0%	25,1%	6,6%	24,1%	7,6%	31,4%	12,7%
Recebimento com PBF	20,7%	92,0%	32,5%	93,4%	26,9%	92,4%	19,9%	87,3%

Fonte: Pesquisa Inquérito da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Famílias Inscritas no Cadastro Único com Crianças Menores de Cinco Anos de Idade e Residentes no Semiárido, MDS/Indago, 2013.

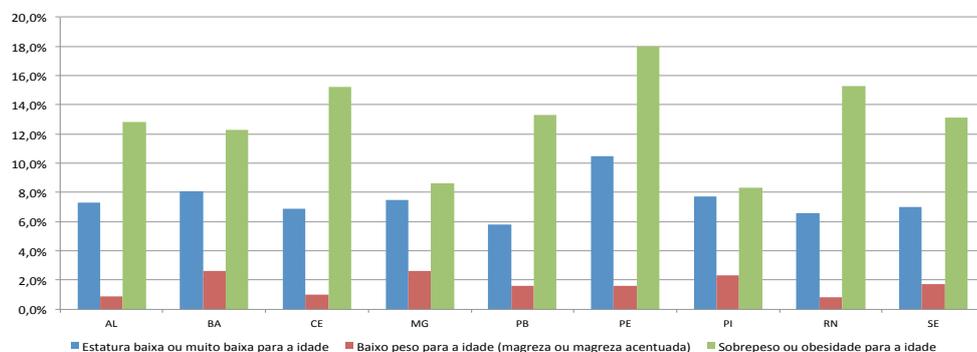
Quando questionadas sobre as estratégias utilizadas pelas famílias diante da falta de alimentos, dentre as que citaram ter passado por esta situação nos três meses anteriores à entrevista, as mais citadas foram comprar fiado (37,6 %) e pedir ajuda, seja de alimentos a parentes, vizinhos ou amigos (33,8 %), seja em dinheiro (3,1%). O auxílio da comunidade foi relatado por 6,2 % dos respondentes.

Com relação ao estado nutricional das crianças menores de cinco anos, observou-se a entropia (estatura adequada para a idade) em 92,2 % delas, a estatura baixa em 5,5 % e muito baixa em 2,3%.

Percebe-se uma correlação entre a baixa escolaridade materna e a maior prevalência do déficit de altura das crianças: quando as mães têm até três anos de estudo, a porcentagem de crianças com baixa ou muito baixa estatura é de 10,5%, caindo para 7% quando elas possuem quatro anos ou mais de escolaridade. Também é possível associar a elegibilidade ao PBF como um fator que diferencia a situação nutricional das crianças: quando moradoras de domicílios elegíveis, têm altura abaixo do esperado (prevalência em torno de 8,5%) do que dentre as moradoras de domicílios não elegíveis (porcentagem de 5,5%). Já o indicador de peso adequado para a altura, mostrou que 83,7 % das crianças encontram-se no peso ideal (59,5%) ou com risco de sobrepeso (24,2%), apenas 1,7% estão magras ou muito magras e, com preocupação, observa-se que as demais estão acima do peso, sendo que 4% das crianças do universo investigado estão obesas.

Quando desagregados por UF, com relação aos índices nutricionais, verifica-se maior incidência de excesso de peso nas crianças dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, enquanto que o baixo peso está presente em maiores proporções em Minas Gerais (2,6%), na Bahia (2,6%) e no Piauí (2,3%), sendo que os dois últimos também apresentam incidências elevadas de baixa ou muito baixa estatura para a idade – 8,1% na Bahia e 7,7% no Piauí – atrás apenas de Pernambuco, com 10,5%. Estes dados podem ser observados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Prevalências de estatura e peso inadequados em crianças menores de 5 anos moradoras de domicílios com famílias inscritas no Cadastro Único, na região do Semiárido.



Fonte: Pesquisa Inquérito da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Famílias Inscritas no Cadastro Único com Crianças Menores de Cinco Anos de Idade e Residentes no Semiárido, MDS/Indago, 2013.

Cumpra ainda notar que, com o emprego da referência “renda > 1 SMPC”¹, a POF 2008-2009 realizada pelo IBGE estimou para o Brasil em 6,0% a prevalência em menores de 5 anos de idade de índices altura-para-idade inferiores a -2 escores z. Este valor é apenas ligeiramente inferior à estimativa de 7,1%, obtida para a mesma faixa etária, com a referência OMS, por inquérito nacional realizado no Brasil em 2006-2007.

Ou seja, guardadas todas as proporções entre o desenho metodológico de uma pesquisa e de outra, os dados de desnutrição infantil encontrados para o público investigado em 2012-2013 são muito próximos dos valores para o Brasil de 2008-2009, indicando uma provável melhora da situação de segurança alimentar no Semiárido nos últimos anos à medida em que os dados do estado nutricional dos mais pobres desta região deveriam ser bem piores que os dados nacionais de 2008-2009 e de um público de mais elevada (acima de um salário mínimo per capita) no mesmo período.

5. Conclusões

A região do Semiárido abrange uma área com características climáticas específicas, conta com cerca de 22.6 milhões de habitantes, e é, por razões históricas e econômicas, uma das localidades mais pobres do Brasil. A pesquisa revelou dados mais detalhados desta população particularmente mais vulnerável desta que já é uma região precária e revelou o acerto da priorização das ações para este grupo e também o avanço em algumas questões como o acesso a bens e serviços públicos tais como educação, saúde da família e iluminação elétrica, a importância das políticas de transferência de renda na minimização da situação mais grave de insegurança alimentar e apontou para a necessidade de se aprofundar na oferta da cesta de programas e ações disponíveis para esta população, tais como o programa de cisternas, a cobertura da rede pública de saneamento ou coleta de lixo, sobretudo no meio rural.

Os dados da pesquisa sustentam a ideia de que o fenômeno recente de transição nutricional no Brasil atinge as camadas mais pobres da população. Diversos estudos (em áreas da nutrição, saúde pública, epigenética/ nutrigenética/ nutrigenômica) sugerem que é possível conviver com desnutrição e excesso de peso simultaneamente, uma vez que o indivíduo pode ser afetado desde sua fase embrionária pelo estado nutricional materno e também durante o período neonatal por fatores ambientais, sobretudo alimentação, que consolidam esse processo de influência da alimentação sobre a capacidade de codificação/decodificação genética da criança, predispondo-a a certos tipos de distúrbios nutricionais, alguns deles até durante a fase adulta, o que reforça a necessidade de se ampliar as ações governamentais destinadas a favorecer a gestação, a maternidade e a primeira infância, como por exemplo as do programa Rede Cegonha (lançado em meados de 2011) e do Brasil Carinhoso (desde maio de 2012), em parceria entre o MDS a Saúde e a Educação. Em conjunto, estes programas ofertam cuidados com o pré-

¹ SMPC = renda familiar em salários mínimos per capita. No documento do IBGE disponível no sítio http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_encaa/comentario.pdf (acesso em 20/06/2014), explica-se as razões metodológicas para este recorte de renda.

natal e o parto, o aumento de vagas em creche para crianças de até quatro anos, a garantia de uma renda básica e também o aporte de micronutrientes essenciais à saúde da criança, tais como vitamina A, ferro e medicamentos para asma.

6. Considerações finais

O universo da pesquisa foi delimitado por três critérios, que permitiram um maior conhecimento de um público específico de interesse do MDS, mas ao mesmo tempo trouxeram limitações às possíveis comparações com outros dados ou pesquisas de âmbito nacional. Considerou-se como universo o conjunto de famílias inscritas no Cadastro Único, residentes na região do Semiárido e com pelo menos uma criança menor de cinco anos de idade.

O Semiárido brasileiro está inserido numa região do Brasil com extensão nos estados do Nordeste e na região norte de Minas Gerais. Nessas localidades, foram coletados dados sobre o estado nutricional das crianças menores de cinco anos moradoras de domicílios de famílias inscritas no Cadastro Único. Além disso, foram investigadas a condição socioeconômica das famílias e o acesso a serviços de saúde e programas sociais, como por exemplo transferência de renda e inclusão produtiva.

A base utilizada para o sorteio dos municípios que compuseram a amostra foi a versão 7 do Cadastro Único extraída em fevereiro de 2011. Optou-se por dois tipos de plano amostral, segundo a Unidade da Federação. Para Alagoas e Sergipe foi considerada uma amostra probabilística obtida em um estágio de seleção, isto é, a unidade primária eram as famílias e cada município foi considerado um estrato. Em cada estrato, foi definido o número de famílias a serem entrevistadas através de alocação proporcional. Para os demais estados foi considerada uma amostra probabilística em dois estágios de seleção, definindo os municípios como unidades primárias e as famílias como unidades secundárias. Os municípios foram sorteados por meio de amostragem sistemática com probabilidade proporcional ao tamanho (Madow, 1949). Para os municípios sorteáveis, foi fixados um número mínimo de 50 famílias para compor a amostra, regra que não se aplicou aos estados de Alagoas e Sergipe, os quais, como explicado, foram tratados em único estágio com as famílias como unidade primária.

O dimensionamento da amostra foi realizado considerando um erro de 2% e uma prevalência de 6% de desnutrição, para os Estados de Alagoas e Sergipe. Os erros dentro de cada estrato (municípios) foram considerados iguais, por isso optou-se pela alocação proporcional ao tamanho. Para o restante da amostra, o cálculo foi realizado considerando um erro de 2,5%, uma prevalência de desnutrição de 6% e um coeficiente de correlação intraclasse igual a 0,1. Estabelecidos estes critérios, a amostra foi calculada em 17.264 domicílios.

A partir da lista de municípios sorteados e da determinação pelo MDS do número de famílias da amostra em cada um deles, a executora da pesquisa recebeu a

lista de famílias atualizada do Cadastro Único e realizou o sorteio dos endereços, estabelecendo o domicílio mais próximo para substituição, visto que o plano amostral não previu nenhuma perda. Após o campo, houve um procedimento de ajuste e cálculo de fator de expansão tanto das pessoas para o universo como dos domicílios para o universo, visando corrigir a defasagem temporal existente entre o desenho do plano amostral e a realização da pesquisa.

O elevado número de entrevistas permitiu um olhar mais aprofundado sobre um público particularmente caro às políticas do MDS, por se tratar das famílias mais pobres e vulneráveis de uma das regiões menos desenvolvidas do País. Entretanto, o conceito de composição familiar e de composição domiciliar utilizados pelo MDS são ligeiramente diferentes dos conceitos utilizados pelo IBGE, o que deve ser levado em consideração quando da eventual comparação de resultados.

Ainda assim, a pesquisa trouxe dados valiosos para monitorar suas ações nesta região, apontando para os acertos e limitações da política. Os dados de baixa ou muito baixa estatura para a idade encontrados estavam coerentes com o desenho amostral (foram superiores a 6%), entretanto os dados de baixo peso (magreza ou magreza acentuada) foram muito menores (todos abaixo de 3%) do que o estimado em todos os estados, ao mesmo tempo em que o excesso de peso sobressaiu também em todas as regiões.

É notório que o peso corporal sofre influência mais rápida no curto prazo do que a estatura, que é capturada mais no médio prazo. Os dados levantados nesta pesquisa, associados aos do IBGE, sugerem uma melhora significativa da situação de segurança alimentar no Semiárido nos últimos cinco anos. É preciso, entretanto, um olhar mais direcionado às limitações estruturais da região, incluindo os processos de incentivo à produção e de convivência harmônica com a seca, um fenômeno climatológico típico da região, mas com consequências graves à qualidade de vida das famílias.

Ficha Técnica

Tipo de contratação

Direta

Waldivino João Pereira Júnior (expansão amostral)

Fonte dos recursos

Tesouro

Email para informações sobre a pesquisa

da.sagi@mds.gov.br

Período de execução

16/03/2012 a 16/12/2013

Instituição Executora

INDAGO CONSULTORIA LTDA

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Tereza Campello

Instituição Contratada

Indago Pesquisa e Marketing

Secretaria finalística afeta à pesquisa: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenadora Geral

Rosana Rodrigues

Secretário da área pesquisada

Arnoldo de Campos

Profissional Sênior em Avaliação Nutricional

Daniele Lima de Alencar

Fernanda Rauber

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo Jannuzzi

Regismeire Viana Lima (responsável pelo relatório final)

Diretor de Avaliação

Alexandro Rodrigues Pinto (2014)

Júnia Valéria Quiroga (2012-2014)

Supervisores de dados antropométricos

Elenir Escola Capuzo Jesse

Francisca Luânia Faria Mororó

Giulia Marcelino Mainardi

Joanna de Ângelis Bastos Vieira

Luiz Alberto da Silva Santos

Maria do Perpétuo Socorro de Araujo

Mayre Luce Nunes Farias

Natalia Motta Altoé

Natalia Santana Nascimento

Neijla Valesca Barroso da Silva

Tatiana Santos Rodrigues

Equipe técnica de acompanhamento da pesquisa - SAGI

Alexandro Rodrigues Pinto (gestor - acompanhamento da execução)

Bruno Barreto (questionário sobre produção agropecuária e fomento)

Francisca de Fátima de Araújo Lucena (expansão amostral)

Marina Pereira Novo (termo de referência e questionário)

Marta Battaglia Custódio (gestora suplente - acompanhamento da execução)

Rovane Ritzi (termo de referência e questionário)

Revisão do Texto

Alexandro Rodrigues Pinto

Diagramação

Victor Gomes de Lima

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 2030-1509 | Fax: 2030-1529

www.mds.gov.br/sagi